

Negociação pode ter solução provisória

Divida Ext.

GAZETA MERCANTIL

24 AGO 1981

por Paulo Sotero
de Washington

Uma solução provisória, que mantenha o diálogo entre o governo e os bancos internacionais em bons termos, por mais alguns meses, impeça o agravamento das tensões e adie a negociação de um acordo mais duradouro para o ano que vem, quando — espera-se — a Constituinte já terá encerrado seus trabalhos, o mandato do presidente José Sarney estará fixado em cinco anos e o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, terá mais espaço político para administrar a economia, as contas do governo e negociar um acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Este é, segundo várias fontes financeiras ouvidas por este jornal, na semana passada, o melhor cenário que, nas circunstâncias atuais, poderá resultar das próximas negociações entre o Brasil e os bancos internacionais, marcadas para começar no mês que vem. Não é comum para banqueiros fazer esse tipo de previsão. Prudentes por dever de ofício, eles normalmente não se aventu-

ram a imaginar o desfecho de uma negociação que ainda nem começou.

As declarações que o ministro da Fazenda tem feito à imprensa desde sua viagem aos Estados Unidos, reiterando as condições que balizarão a proposta brasileira (desvinculação do acordo com os bancos de um eventual acordo com o Fundo, taxa de risco zero, etc.), e a observação da delicada conjuntura política brasileira têm sido suficientes, contudo, para animar executivos de bancos a fazer algo contrário aos seus hábitos: ser pessimistas e prever, de antemão, um impasse. A posição de relativa vulnerabilidade em que os bancos foram colocados pela decretação da moratória, seis meses atrás, também faz parte desse cálculo.

"Creio que o sentimento que prevalece é de que o Brasil, por causa de uma série de fatores internos, vai assumir uma posição de negociação muito dura. Os bancos, que já tiveram de arcar com fortes perdas com o provisionamento de reservas, também não estão com ânimo para fazer concessões", disse Carl

Johnson, um alto executivo da First Chicago Corporation, o décimo primeiro banco americano, e, até recentemente, encarregado de sua carteira de empréstimos para a América Latina.

Expressando uma opinião pessoal, e não da instituição para a qual trabalha, Johnson acredita que, diante das dificuldades que limitam a capacidade de negociação dos dois lados neste momento, a solução viável será chegar-se a um arranjo provisório, que mantenha abertos os canais de comunicação, impeça uma deterioração das relações entre as duas partes e preserve, assim, as chances de se chegar a um acordo mais à frente.

Essa é, também, a esperança de alguns executivos da área financeira que retornaram de uma visita ao Brasil, na semana passada. "As coisas devem piorar ainda mais antes de começarem a melhorar. A equipe econômica terá sorte se conseguir conter o déficit público deste ano em torno de 6%", disse um deles a este jornal.

(Continua na página 17)

Negociação pode ter...

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

Preocupações semelhantes com a explosão do déficit público vieram à tona na reunião que o comitê de bancos credores da dívida brasileira teve na última quarta-feira, em Nova York. Houve ainda, na reunião, reclamações quanto aos empréstimos dos US\$ 9 bilhões de principal de 1986, que foram rescalonados no último acordo parcial feito entre Brasil e os credores.

"Espero que as pessoas, em Washington, já estejam começando a pensar em algum tipo de solução interina. E talvez o mesmo esteja acontecendo em Brasília. Mas é difícil imaginar que solução poderia ser essa, pois o fato é que os dois lados estão de mãos atadas", afirmou a fonte. "O governo americano não pode fazer algo que fique parecendo com uma solução montada para resolver o problema dos bancos. Por razões parecidas, de política interna, o governo brasileiro tem de tomar os mesmos cuidados."

Teoricamente, uma possível solução interina poderia envolver algum arranjo com uma presença forte do Banco Mundial. Embora o banco esteja interessado em trabalhar com o governo brasileiro e acredite que a solução dos problemas econômicos do País passe por um processo que começa pela tomada de medidas ortodoxas de ajustamento, sua direção não parece disposta a assumir qualquer papel de monitoramento da economia, ao estilo do que é exercido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e que o governo brasileiro rejeita.

A idéia de um empréstimo-ponte dos bancos centrais dos países credores, através, por exemplo, do Banco de Pagamentos Internacionais, está na cabeça de alguns integrantes da equipe econômica brasileira, que também apostam na tese da solução provisória. Os bancos, por sua vez, nunca deixaram de ter esperança num empréstimo-ponte, pois esse seria o caminho mais curto para permitir ao Brasil acertar uma parte dos juros atrasados.

Mas todos sabem que os empréstimos-ponte começam, necessariamente, na rua 15, em Washington, onde fica o Departamento do Tesouro, e terminam a quatro quarteirões dali, na rua 19, sede do FMI. Além disso, não se detecta nenhum entusiasmo em relação a essa idéia, no Tesouro americano.

Como, contudo, não se espera que o governo brasi-

leiro busque um acordo com o FMI antes de a Constituição terminar seus trabalhos e de o mandato de Sarney ser fixado, a armação do empréstimo-ponte ou de qualquer outro remédio provisório passa pelo que um alto funcionário do governo brasileiro em Washington chama de "a solução polonesa".

A Polônia conseguiu um acordo de rescalonamento da dívida com seus credores externos, há poucos anos, sob a condição de fazer, posteriormente, um acordo com o FMI. Mas a Polónia do general Jaruzelski, que impôs a lei marcial, não é o Brasil do presidente Sarney, que conduz um titubeante processo de redemocratização. E a ida ao FMI, que o ministro Bresser Pereira não descarta, pode continuar sendo uma impossibilidade política.

Isso ocorreria, por exemplo, caso, no momento em que a Constituição estiver pronta, a conjuntura política e econômica for desfavorável ao presidente Sarney e levar o Congresso a abreviar seu mandato, convocando eleições para novembro do ano que vem.

"Os bancos estão ansiosos para negociar", sustenta o embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, vice-presidente licenciado do Unibanco, que tem sido uma peça fundamental no contato das autoridades econômicas brasileiras com os credores.

Ouvido por este jornal, há poucos dias, em Brasília, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Harry Shlaudeman, também demonstrou estar ansioso para que as negociações comecem logo. Os representantes dos bancos, contudo, nada têm feito para demonstrar que esse seja o caso, o que é, provavelmente, uma atitude estudada e tão previsível, às vésperas de uma negociação, quanto o endurecimento das posições que se observam em ambos os lados.

Perguntado, na última sexta-feira, em Nova York, o que esperava das negociações com o Brasil, o presidente do comitê de bancos credores, William R. Rhodes, do Citicorp, que sempre procurou ver o lado positivo das coisas, respondeu: "Não sei". Diante da insistência de uma repórter, Rhodes, que acabara de participar da cerimônia em que foi formalizado o acordo de rescalonamento de US\$ 34 bilhões da dívida da Argentina, reagiu irritado: "Essa é a assinatura do acordo com a Argentina. Por que você fica perguntando sobre o Brasil?"

"Os bancos estão dispostos a esperar sentados até

que o Brasil resolva o problema dos juros não pagos", disse a este jornal, no início da semana, um alto executivo de um grande banco de Nova York, enfatizando que a conversa dificilmente engrenará sem que o Brasil faça um pagamento de juros.

Um outro banqueiro próximo ao comitê de bancos mostrou-se cético quanto a qualquer entendimento que não inclua o FMI. "Já há uma fadiga no processo de negociação. Além disso, não existe nem disposição nem liderança suficiente, em Washington, para encaminhar uma solução diferente para o problema", disse o banqueiro.

Diante de tantas limitações, alguns banqueiros sugerem que a solução temporária pela qual todos parecem torcer poderá acabar sendo a manutenção do "status quo" atual no contexto de um arrastado processo de negociação, que deixe as portas abertas a um entendimento.

Um relatório favorável do FMI sobre as intenções

do Plano Bresser e seus primeiros resultados, que é esperado pelo governo brasileiro para o início de setembro, é considerado ingrediente essencial desse cenário.

De acordo com a avaliação de uma fonte oficial brasileira, ele pode criar um clima mais propício para o diálogo com os bancos e viabilizar a continuação dos contatos com o próprio FMI. E a reaproximação formal com os credores privados e com o Fundo inibiriam as autoridades bancárias dos EUA a rebaixar o crédito brasileiro, no final de outubro, de "substandard" para a categoria de "valor prejudicado", que é a mesma do Peru e da Nicarágua.

Estaria afastado, assim, o risco de bancos americanos começarem a cortar as linhas de crédito de curto prazo para o Brasil, cuja manutenção é essencial para a preservação do atual "status quo". "Os bancos", segundo Carl Johnson, do First Chicago, "não desejam cortar essas linhas."